



Nas últimas semanas, diversas manifestações têm ocupado as ruas da cidade do Rio de Janeiro e de várias partes do país

Senge-RJ defende a realização de plebiscito para a Reforma Política

Divulgação



Plano é considerado uma conquista importante para o setor de saneamento

Comitê aprova o Plano Nacional de Saneamento

Página 5

Agamenon
Oliveira é eleito
conselheiro
do Cepel

Página 4



Acompanhamento das
ações do setor elétrico

Página 5

Diretor do Senge-RJ
depõe contra a CET-Rio

Página 10

Senge-RJ amplia e
moderniza sua sede

Página 3

Só mobilização popular promove mudanças

É com extrema emoção que todos aqueles que lutam ou que no passado recente lutaram por transformações profundas na sociedade brasileira assistem e participam das mobilizações de massa nas principais cidades brasileiras. Em três semanas que mudaram completamente o panorama político brasileiro tudo envelheceu. Os partidos, seus programas burocráticos, a agenda governamental já defasada, e os projetos parlamentares em total desacordo com as reivindicações das ruas. A política brasileira jamais será a mesma nem que o ritmo das mudanças seja lento.

Apesar de alguns problemas localizados e atos de violência praticados por uma minoria, é principalmente a inabilidade da polícia o maior fator de inquietação. Não há nenhuma proposta de quebrar o quadro institucional e as reivindicações são as mais justas e até modestas tendo em vista a capacidade de mobilização demonstrada. Não há nada que justifique ou que dê motivos às correntes de direita se utilizarem desta nova conjuntura para tentar desestabilizar o governo ou tentar impor seus pontos de vista como aconteceu em outras situações no Brasil.

O que é ainda incerto e será um fator fundamental para o futuro deste movimento é a capacidade de ele alcançar uma reforma política. Existe o perigo de a estrutura de poder atual apostar no arrefecimento do movimento e promover somente mudanças importantes, mas cosméticas. Neste momento crucial para o futuro dos país, é fundamental que reforçemos o movimento popular e as organizações sociais sintonizadas com as mudanças e também combatermos o conservadorismo de certos segmentos políticos que diante do novo só enxergam os perigos inclusive de golpe. Esses que fiquem em seus confortáveis gabinetes apegados ao passado.

Participação popular para construção de uma nação

CLOVIS NASCIMENTO*

Caminhamos em passos largos na construção da V Conferência Nacional das Cidades, que será realizada entre os dias 20 e 24 de novembro, em Brasília. Com o tema “Quem muda a cidade somos nós: reforma urbana já!”, a conferência tem o objetivo de fortalecer a participação popular como elemento de afirmação da democracia brasileira e na construção de uma política de desenvolvimento urbano. Historicamente, as cidades brasileiras foram construídas sem planejamento, com imenso desordenamento urbano e rural. O que vemos, hoje, são cidades partidas: as regiões centrais com maior acesso às políticas públicas, enquanto os bolsões de pobreza se encontram nas regiões periféricas, distantes e com pouco ou nenhum acesso a direitos básicos, como água, moradia digna e saneamento, por exemplo.

Em 2003, participei da construção da I Conferência Nacional das Cidades, como diretor de Água e Esgoto da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades. E foi exatamente o que preconizou o então Ministro das Cidades, Olívio Dutra: “Vamos quebrar paradigmas neste país”. Chegamos a I Conferência Nacional das Cidades, momento no qual criamos o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), com recorte igualitário ‘multipartite’, ou seja, com representantes dos governos federal, estaduais e municipais; movimentos sociais; trabalhadores;

acadêmicos e ONG’s. Esta representação prevalece até hoje e permite uma participação soberana da sociedade.

O principal alicerce das conferências das cidades é a participação popular. Estes espaços se configuram num amplo fórum propositivo e de discussão, no qual a população expõe suas preocupações e anseios sobre o espaço público. Esta participação é insubstituível, uma vez que só quem mora no

bairro sabe exatamente das dificuldades locais, além de consolidar o exercício pleno da cidadania. A organização começa no bairro, dentro de casa, com o vizinho, com a associação de moradores, com os movimentos sociais, nos conselhos municipais e estaduais, que se desdobram

O principal alicerce das Conferências das Cidades é a participação popular

no encaminhamento de propostas para políticas nacionais. Esta construção só se dá com participação cidadã e pressão popular.

A construção da cidadania só fortalece a democracia e legitima um Estado verdadeiramente público. Este é um passo importante para o despertar da sociedade civil na construção de sua própria história. Portanto, conclamamos a todos e todas para que sigamos ombro a ombro nessa caminhada por uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

* **Clovis Nascimento** é diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), presidente da Confederação dos Técnicos e Trabalhadores Universitários (Confetu-CUT) e secretário-geral da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277, 17º - andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL

Titulares: Nei Rodrigues Bezerra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Estagiária: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Rita Luppi

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Nova sede do Senge-RJ entra em funcionamento

Atendimento aos engenheiros e sócios passa a ser realizado no oitavo andar do Edifício São Borja

A nova sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) entrou em funcionamento no mês de maio. As salas no oitavo e no nono andar do Edifício São Borja foram inauguradas no dia 30 de abril e a mudança aconteceu ao longo de maio. O atendimento aos engenheiros e sócios agora é realizado no oitavo andar.

As novas instalações vêm recebendo elogios dos associados. O engenheiro civil João Franklin Ramalho esteve no Sindicato para fazer uma homologação e gostou das ins-

talações. “Ela está bem bonita, moderna e confortável”, afirmou ele.

A recepcionista do Senge-RJ, Danielle Soucasaux, elogia não apenas a beleza da nova sede. Segundo ela, o trabalho também melhorou. “É mais confortável, tem mais espaço, uma sala de espera maior. Melhorou a relação de trabalho e a relação com o associado”, diz a funcionária.

“Só estamos recebendo elogios. Todo mundo que visita fala super bem das instalações”, conta Edilene Teles, coordenadora do Departamento Jurídico do Senge-RJ.

Foto: Celia Satil



Funcionários dos Senge-RJ já realizam atendimentos nas novas dependências do sindicato

Foto: Celia Satil



Vereador Eliomar Coelho, deputado federal Jorge Bittar e o presidente do Senge, Olímpio dos Santos

Foto: Adriana Medeiros

O Senge – RJ fica na Avenida Rio Branco, 277, 8º, 9º e 17º andar. Centro. Rio de Janeiro

8º ANDAR: Recepção, Administração, Jurídico, Informática e Financeiro.

9º ANDAR: Comunicação, Negociação Coletiva e subseção do Dieese.

17º ANDAR: Diretoria.

Departamento	Telefone	E-mail	Responsável
Recepção	3505-0707	sengerj@sengerj.org.br	Danielle
Administração	3505-0729	elsasengerj@gmail.com	Elsa
Jurídico	3505-0706	juridicosengerj@gmail.com	Luiz Fernando
Informática	3505-0727	ivanmestredofox@gmail.com	Ivan
Financeiro	3505-0726	otiliasengerj@gmail.com	Otília
Comunicação	3505-0724	imprensa@sengerj.org.br	Katarine
Negociação Coletiva	3505-0740	jessicam@dieese.org.br	Jéssica
Diretoria	3505-0710	sengerj@sengerj.org.br	Pâmela

Engenheiros agrônomos e demais profissionais da agricultura debatem a criação da Anater

Organizada pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), a mesa redonda “Criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural” discutiu a proposta do governo federal de criar uma agência para o setor rural.

O diretor do Senge-RJ Jorge Antonio da Silva explica que o assunto tem despertado muita expectativa. Além disso, ele conta que, após o debate, foi gerado um documento, já enviado aos setores do governo federal envolvidos com a questão. O documento contém sugestões e posicionamentos importantes das entidades que participaram da mesa redonda.

José Leonel Rocha Lima, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro (Aearj), destacou a importância da criação de uma nova agência: “São

Para o diretor do Senge-RJ Jorge Antonio da Silva, a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural tem gerado expectativa pela importância do setor



À esquerda: Jorge Antônio, diretor do Senge; acima: Jonas Dantas, representante da Faser no Condraf; à direita: José Leonel, presidente da AEARJ

mais de 4 milhões de pequenos agricultores pelo Brasil. A assistência técnica precisa de recursos e equipe para que o trabalho seja bem feito.”

Os profissionais presentes defenderam ainda que a agência deve garantir os recursos para a agroecologia, priorizar os pequenos agricultores e a agricultura familiar e que a sociedade civil participe do processo de criação e implantação da agência.

Realizada no dia 9 de maio, no Clube de Engenharia, o evento também foi organizado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro (Aearj), pelo Fórum Nacional de Engenheiros Agrônomos (Fnea), pela Federação Intersindical de Sindicatos dos Engenheiros (Fisenge) e pelo Clube de Engenharia, contando com a participação de representantes de diversas instituições.

CONHEÇA ALGUMAS PROPOSTAS ENCAMINHADAS AO GOVERNO FEDERAL

- O direcionamento das pesquisas para a agricultura familiar e o aumento do crédito para a adesão das novas tecnologias também são requisitos para aumentar a produtividade e produção de alimentos de qualidade. De acordo com o Censo agropecuário (IBGE, 2006), 16,7% dos estabelecimentos rurais, no Brasil, beneficiam ou transformam algum tipo de matéria-prima, significando mais de 400 mil estabelecimentos.
- Para o reconhecimento e valorização dos extensionistas rurais, é fundamental ampliar o quantitativo dos atuais 16 mil para, pelo menos, 50 mil profissionais, habilitados e capacitados, com condições de trabalho articulado e utilização das modernas ferramentas da computação e transmissão de dados.
- Restauração das Emater's e das empresas já integradas, com pesquisa e extensão juntas (Ebda-BA, Epagri-SC, Emdagro-SE), e das empresas que prestam assistência técnica e extensão pesqueira (Bahia Pesca e Fiperj), através de um único esforço entre os governos municipais, estaduais e Federal.
- Integrar as demais organizações que também prestam serviços de Ater, como ONGs e cooperativas de profissionais, de forma complementar.

ELEIÇÃO

Diretor do Senge-RJ é eleito conselheiro do Cepel

Agamenon Oliveira, ao lado de Ricardo Cunha Fonte, recebeu 97% dos votos

O diretor do Senge-RJ Agamenon Oliveira foi eleito, pelo segundo ano consecutivo, representante dos trabalhadores no Conselho Deliberativo do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). A chapa, que também era composta por Ricardo Cunha Fonte, recebeu 276 dos 284

votos, o que representa 97% do total.

Através de um boletim, os novos conselheiros agradeceram os votos e afirmaram que o objetivo maior do mandato é a democratização da empresa. Além disso, eles também frisaram a importância da luta dos trabalhadores no momento atual do setor elétrico.

“Todos nós estamos cientes das mudanças impostas de cima para baixo pelo governo Dilma e do grau de incertezas que nos aguarda. Uma representação independente e consciente do momento que estamos atravessando, sempre disposta a atuar ouvindo todos os segmentos da

empresa e deliberando com base na vontade da maioria é a garantia de uma ação eficaz para a solução dos problemas que enfrentamos”, afirmaram os conselheiros.

- As eleições foram realizadas nos dias 27 e 28 de maio.



Divulgação

CIDADES

Plano nacional de saneamento é aprovado pelo CONCIDADES após 5 anos de trabalho

Fonte: Fisenge

Em reunião do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental do Conselho das Cidades, realizada no dia 05/06/13, foi apresentada e aprovada a versão final do Plano Nacional de Saneamento Ambiental (PLANSAB). Após revisão do ponto de vista da redação e dos números, a partir das emendas acatadas e dos dados quantitativos, o Plano finalmente foi aprovado por unanimidade, pelo pleno do Conselho Nacional das Cidades e pelo pleno do Conselho Nacional da Saúde e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, marcando mais uma conquista importante para o setor de Saneamento.

Considerado como um momento histórico, o Pleno do CONCIDADES se manifestou com emoção em clima de comemoração, mais ainda com o sentimento de que os desafios continuarão principalmente para garantir a implementação do PLANSAB, que também será um norteador para que os municípios elaborem os seus Pla-

nos Municipais de Saneamento Ambiental, e, ao mesmo tempo serão ferramentas fundamentais para que o PLANSAB dê certo.

O Plano prevê participação popular e controle social e expressa a preocupação com o reconhecimento das diferenças regionais, bem como prevê um horizonte de 20 anos para a universalização do Saneamento ambiental no Brasil, mas a meta para a universalização na área urbana será o ano de 2020.

Uma estratégia fundamental é assegurar a transparência com relação ao modelo de tarifa social e a implementação de política de subsídios, captando também recursos de outras políticas públicas para o financiamento do acesso aos serviços de saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda.

Após aprovação pelos Conselhos, o PLANSAB será submetido à presidência da República para aprovação, publicação e sanção da presidenta Dilma.

TRANSPORTE

Senge-RJ critica a falta de incentivo do governador na compra de trens

Para o Sindicato, o governo do estado deveria dar igualdade tarifária às empresas que produzem no Brasil, para que elas se tornem tão competitivas quanto as estrangeiras

O governo do estado adquiriu 30 novos trens, que entraram em circulação em 2012, e encomendou outras 60 novas composições, que deverão ser entregues até 2014. Os trens foram comprados na empresa chinesa Changchun Railway Vehicles (CNR). Contudo, o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Jorge Saraiva, critica a falta de igualdade tarifária por parte do governo do estado.

INCENTIVOS FISCAIS

Saraiva acredita que um programa de incentivos, por meio da redução de impostos (como IPI e ICMS), pode aumentar a competitividade das empresas no Brasil, fazendo com que os produtos nacionais fiquem no mesmo patamar dos produtos importados.

O diretor do Senge-RJ explica que o governo federal tem uma política de incentivo à indústria brasileira. Pela Lei 12.349/2010, que estabelece uma margem de preferência de até 25% para produtos nacionais. Esta lei foi regulamentada através do Decreto 7.903, publicado no dia 5 de fevereiro deste ano.

De acordo com o decreto, os produtos fabricados no Brasil de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) terão uma margem de preferência de 15%. Aqueles produtos com tecnologia nacional, por sua vez, têm direito a uma margem de preferência adicional de 10%, totalizando, portanto, os 25% permitidos pela Lei.

ENGENHARIA NACIONAL

“Um programa de incentivo à indústria brasileira pode aumentar a circulação de capital dentro do Brasil, em virtude das crises financeiras, e ajudar no desenvolvimento da engenharia e da tecnologia brasileira, além do aumento do número de empregos no Brasil”, afirma Saraiva. “Não estamos pedindo privilégios, é apenas colocar as empresas brasileiras no mesmo patamar das estrangeiras.”

O governo federal comprou 15 trens para a Trensurb, no Rio Grande do Sul, e 15 trens para a empresa que administra o metrô em Recife, a Metrorec. Esses trens foram adquiridos através de um processo de licitação regularizado pelo Decreto 7.903.

“As empresas estrangeiras não participaram porque não teriam condições de competir com as nacionais”, conta Saraiva. “O governo do estado não fez isso. O slogan é ‘Somando Forças’, mas isso não acontece de fato. Não há uma união entre os poderes. Não há uma convergência entre o governo federal e o governo estadual. Eles utilizam critérios diferentes, cada um faz de um jeito.”

Saraiva cita ainda o exemplo da Supervia que, através da empresa Alstom, produziu 15 novos trens, fabricados em Deodoro. No entanto, o diretor frisa: “A Supervia é uma empresa particular e está usando um terreno de concessão pública para fabricar esses trens.”

Nova diretoria toma posse em comemoração no MAM

Evento contou com a presença dos novos diretores, representantes sindicais, políticos e integrantes de movimentos sociais

Fotos: Adriana Medeiros

Os novos diretores do Senge-RJ durante a festa no MAM. A chapa "Construir e Avançar" foi eleita com 93% dos votos, através da primeira votação realizada pela internet.



"O Senge-RJ faz história"

"O Senge-RJ é um dos sindicatos mais modernos e mais avançados do Brasil", considerou o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Agostinho Guerreiro.

"O Senge-RJ foi o primeiro sindicato dos engenheiros do Brasil", contou Carlos Bittencourt, presidente da Federação Intersindical de Sindicatos dos Engenheiros (Fisenge). "Foi pioneiro na luta pelo Salário Mínimo Profissional, que é uma das maiores conquistas da nossa categoria."



A nova diretoria colegiada do Senge-RJ tomou posse no dia 10 de maio, em comemoração realizada no Museu de Arte Moderna (MAM). O evento contou com a presença dos novos diretores, representantes sindicais, políticos e integrantes de movimentos sociais.

O presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos, destacou, durante o evento, que a união de todos é fundamental para a construção do futuro do Senge-RJ. "O amanhã é o que tivermos capacidade de construir hoje", afirmou Olímpio.

"O Senge-RJ tem uma longa história que se confunde com a história deste país. O impulso para a fundação do Sindicato foi a defesa dos engenheiros brasileiro, mas, ao longo dos anos, a luta foi além disso. Lutamos contra o regime militar, lutamos contra o neoliberalismo, lutamos por um Brasil melhor", contou o presidente do Senge-RJ.

Darby Igayara, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RJ), parabenizou a nova diretoria e frisou a importância

do Senge-RJ na pauta da Central. Segundo ele, é o Senge-RJ que fornece conteúdo técnico para as lutas da CUT. "Em casos de obras mal construídas, com acidentes e vítimas, o Senge-RJ contribui muito com o seu conhecimento técnico para mostrar que não houve um planejamento durante a execução", disse ele.

O deputado federal Alessandro Molon também destacou o apoio técnico do Senge-RJ e citou como exemplo o acidente com o bonde de Santa Teresa, que matou seis pessoas e deixou 48 feridas. "Estamos falando da segurança da população, na medida em que a engenharia está presente em todas as áreas", afirmou Molon.

Alan Tygel, integrante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, destacou também a participação do Senge-RJ na luta pela reforma agrária. "Desde que a campanha começou o Senge-RJ demonstrou interesse em nos ajudar. E está do nosso lado para controlar e fiscalizar os agrotóxicos permitidos e proibir no Brasil os que já são proibidos lá fora", disse Alan.

“
O amanhã
é o que
tivermos
capacidade
de construir
hoje”

Olímpio Alves
dos Santos,
presidente
do Senge-RJ

SENGE APOIA MOBILIZAÇÕES POPULARES

O Sindicato defende o transporte coletivo de massa de qualidade com tarifa zero

As ruas oxigenam a democracia, fortalecem as lutas populares e ameaçam as elites dominantes. O aumento do preço das tarifas do transporte foi o estopim para a realização de manifestações massivas, amplas e populares, que se mobilizam de forma justa e legítima. A falta de uma política séria de mobilidade urbana, os altos preços das passagens têm fomentado esta revolta.

A mobilidade nos grandes centros urbanos só pode ser resolvida com o transporte de massa, principalmente trem e metrô, que necessita de investimentos e administração efetiva do Estado. Com isso, reafirmamos nossa posição por um transporte público (pela tarifa zero) com qualidade, conforto, segurança e rapidez, para toda a população.

Repudiamos as ações repressivas truculentas da polícia, realizadas, sobretudo, nas primeiras manifestações e que, infelizmente, se tornaram usuais no tratamento a todos aqueles que se manifestam. Nossa luta é também em defesa das liberdades democráticas duramente conquistadas pelo povo brasileiro. Exigimos um tratamento digno, com o fim da criminalização dos movimentos sociais, por parte do poder Judiciário e das polícias.

Denunciamos o caráter oportunista da grande mídia, que inicialmente incentivou a repressão e, agora, tenta se apropriar e conduzir o movimento. A direita escolhe o que noticiar e dá ênfase a temas abstratos que não representam as reais reivindicações do movimento.

Exigimos a democratização dos meios de comunicação, essencial para a construção de um país mais democrático e desenvolvido. Isso significa ampliar a liberdade de expressão e o fortalecimento de uma comunicação popular e contra-hegemônica, que sirva aos interesses de toda a população.

Estamos certos de que estas mobilizações contribuirão para formar uma nova geração de cidadãos, de lutadores e lutadoras do povo brasileiro. Esta nova geração deverá assumir o compromisso de fazer avançar a democracia no Brasil, construindo um projeto político capaz de levar adiante reformas estruturais que alterem substancialmente a realidade brasileira.

Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ)



Foto: Claudionor Santana

Diretores do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro marcam presença nas manifestações

Sindicalistas declaram apoio ao plebiscito para reforma política

Para o Sindicato dos Engenheiros a participação da sociedade na elaboração das perguntas deve ser garantida

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), assim como as principais centrais sindicais, entre elas a CUT, apoiam a realização de um plebiscito sobre a reforma política.

O Senge-RJ considera fundamental a realização da consulta. Entretanto, destaca a necessidade de garantir a plena participação da sociedade na elaboração das perguntas que serão feitas à população.

Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato, acredita que a participação da sociedade civil organizada na elaboração das perguntas contribui para um plebiscito que estimule a cidadania e possibilite um amplo debate sobre o sistema político brasileiro.

Para o presidente da CUT, Vag-

ner Freitas, “qualquer político ou organização que for contra essa consulta é porque está acostumado à velha política e quer tratar esses assuntos longe da população e da classe trabalhadora, exclusivamente nos corredores do Congresso”.

Vagner Freitas destacou que as conquistas do movimento sindical são resultado de mobilizações e da capacidade de organização da classe trabalhadora e não concessão do poder público. Vagner considerou que “os avanços são fruto de manifestações de rua. A negociação se constrói na mesa, mas apenas se efetiva com manifestação de massa”.

PAUTA SINDICAL

As centrais sindicais e o Movimento dos Sem Terra (MST) anunciaram uma manifestação conjunta

para 11 de julho. Além da jornada de trabalho de 40 horas semanais sem redução do salário e do fim do fator previdenciário, estará na pauta da manifestação o fim dos leilões do petróleo, a reforma agrária e a rejeição de um projeto de lei que regulamenta a terceirização.

Os sindicalistas prometem ainda reivindicar mais investimentos na saúde, na educação e um transporte público de qualidade, bandeiras da série de protestos que tomou as ruas do país nas últimas semanas.

As paralisações, greves e manifestações terão como objetivo destravar a pauta da classe trabalhadora no Congresso Nacional e nos gabinetes dos ministérios, e também construir e impulsionar a pauta que veio das ruas nas manifestações realizadas em todo o país nos últimos dias.

ANÁLISE

Um novo cenário para o setor financeiro no Brasil

Juros, spreads e tarifas bancárias mais baixos: possíveis respostas do setor ao novo cenário e as consequências para os trabalhadores

Nos últimos anos, consolidou-se no âmbito do governo federal a insatisfação com os níveis elevados das taxas de juros praticadas no país. Passou a predominar o entendimento de que os spreads bancários – diferença entre a taxa de empréstimo do banco e o custo de captação, ou seja, a margem de ganho bruto dos bancos – praticados no Brasil são demasiadamente elevados em comparação à média internacional, comprometendo a continuidade do processo de desenvolvimento econômico. Tal situação derivaria diretamente do elevado grau de concentração do setor bancário brasileiro e da elevada taxa básica de juros, que determina um patamar mínimo de valorização do capital, empurrando as demais taxas para cima. A partir deste diagnóstico, o governo federal passou a agir em duas frentes.

Em agosto de 2011, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil iniciou um processo gradual de redução da Taxa Selic. Desde então, a taxa caiu gradativamente de 12,5% ao ano até 7,25% ao ano, em outubro de 2012, o menor patamar verificado no último período. A importância deste processo reside, entre outros motivos, no incentivo que a redução da taxa de juros tende a gerar sobre os investimentos produtivos. Ao mesmo tempo, propicia a liberação de recursos públicos, antes destinados a pagamento do serviço da dívida pública para outras destinações, à medida que uma taxa de juros básica menor reduz o montante de recursos transferidos da sociedade para os detentores de riqueza financeira.

A redução da Selic afetou a rentabilidade das instituições financeiras em dois âmbitos. Por um lado, os bancos – detentores de um volume expressivo de títulos da dívida pública – sofreram, desde então, uma queda das receitas vinculadas a estes ativos. A outra fonte de receita dos bancos afetada refere-se

aos depósitos compulsórios, também remunerados pela Selic. Assim, num primeiro momento, a queda na Taxa Selic reduziu os ganhos financeiros de curto prazo, alta rentabilidade e baixo risco, que asseguraram por muitas décadas os elevadíssimos ganhos dos bancos no país.

Outra medida encampada pelo governo federal foi acionar os dois grandes bancos públicos federais para iniciarem um movimento de redução de suas taxas, na expectativa de que os bancos privados os acompanhassem sob o risco de perderem mercado. Em abril de 2012, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal apresentaram programas que englobavam reduções de taxas de juros em diversas modalidades creditícias e logo foram seguidos por seus maiores concorrentes privados. Como resultado, o spread geral da economia brasileira caiu, apesar de situar-se ainda em um patamar elevado na comparação com padrões de nível internacional.

No início do processo de redução de juros, argumentava-se que as instituições financeiras não perderiam, necessariamente, rentabilidade, uma vez que havia no país tanto uma grande margem para crescimento das operações de crédito, como, também, uma enorme parcela da população brasileira sem acesso a serviços bancários e com condições de acessar crédito, devido ao aumento do nível de emprego e renda observado nos últimos anos.

Dessa forma, os bancos precisariam mudar a estratégia de negócios, passando a ganhar menos na rentabilização de cada operação e mais no volume de operações. De fato, entre março de 2012 e janeiro de 2013, a relação crédito/PIB elevou-se, passando de 49,2% para 53,2%. No entanto, esse crescimento se deu, basicamente, em função do aumento das operações nos bancos públicos. Além de novos créditos, observou-se um forte movimento de

migração de créditos de bancos privados para os públicos, através da portabilidade.

Uma reação das instituições financeiras, às medidas adotadas pelo governo federal, se traduziu na tentativa de compensar possíveis perdas de rentabilidade com a elevação de um componente secundário, porém importante, de suas receitas: as tarifas bancárias. Diante disso, novamente, os bancos públicos foram acionados pelo governo federal para iniciar um processo de redução de tarifas, com o objetivo de forçar a queda dos valores praticados pelos seus concorrentes privados.

Uma avaliação preliminar desse cenário sinaliza que a efetividade e a intensidade dessas mudanças, ainda em curso, são incertas, pois dependem da resposta das instituições financeiras frente à tentativa do governo de alterar a cultura rentista. Como, então, poderão as empresas do setor agir daqui em diante? A análise do discurso empresarial indica os possíveis caminhos a serem percorridos pelos bancos.

Uma primeira visão, externada pelos presidentes do Bradesco, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, avalia de forma positiva a redução de juros e dá a entender que se acredita nas condições objetivas da economia brasileira para que isso ocorra. O Itaú Unibanco, por sua vez, preconiza a necessidade de melhorar a eficiência. Para tanto, o banco lançou mão de uma série de ajustes compreendendo cortes de custos que tem se traduzido, predominantemente, em demissões. Política similar vem sendo adotada também pelo banco espanhol Santander, que vem demitindo muitos trabalhadores no Brasil, principalmente a partir dos últimos meses de 2012.

Vale lembrar que também está presente na argumentação empresarial a aposta no processo de bancarização por meio da disseminação dos correspondentes bancários e de novas modalidades de

pagamento, através, por exemplo, do telefone celular ou smartphone. Esse é um provável novo modelo de atendimento bancário no Brasil, que viria substituir o atual. Um modelo baseado em agências e postos de atendimento, que requer investimento, relativamente elevado, em tecnologia, vigilância e pessoal.

Note-se, finalmente, que nas reuniões do Copom (em 17 de abril e 29 de maio de 2013), o Comitê voltou a elevar a taxa Selic ao patamar de 8%, dado o diagnóstico do Banco Central sobre os determinantes da inflação. Apesar de ser ainda muito cedo para se depreender conclusões dessa última medida, é possível afirmar que se o Copom der prosseguimento à política gradual de redução da Selic, em direção aos padrões internacionais, após os últimos ajustes ocorridos em abril e maio, outro cenário se estabelecerá. Dada a atual conjuntura econômica brasileira nos próximos anos, ao que tudo indica, o setor bancário passará por uma nova onda de ajustes, seja introduzindo novas tecnologias, objetivando a redução de custos (o que tende a impactar negativamente o nível de emprego no setor), seja buscando novas fontes de receitas que compensem a queda das atuais ou mesmo ampliando sua base de clientes. A conferir.

1 - Este texto faz um resumo da Nota Técnica n.º 123, publicada em abril de 2013 pelo DIEESE. Para ler a versão integral, acesse o endereço eletrônico http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec123CenarioSetor_Financeiro.pdf

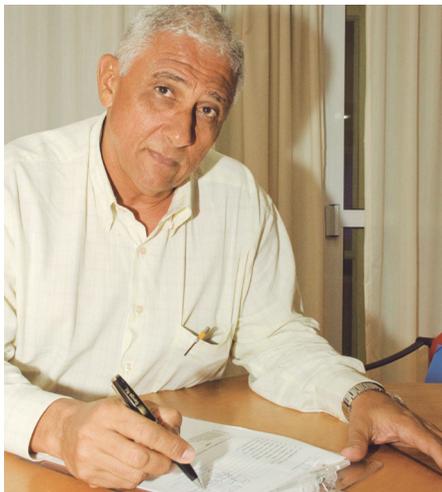
2 - Selic significa Sistema Especial de Liquidação e Custódia, e é o sistema responsável pela negociação dos títulos públicos. Através dele são feitas todas as operações de liquidação financeira e também de custódia dos títulos. Assim, em linhas gerais, a Taxa Selic funciona como um piso para a formação dos demais juros cobrados no mercado para financiamentos e empréstimos.

3 - São os recolhimentos obrigatórios de recursos que as instituições financeiras realizam junto ao Banco Central com a finalidade de controlar a liquidez da economia e proporcionar estabilidade ao sistema financeiro.

PROJETO

Senge-RJ retoma o Projeto Memória

Foto: Adriana Medeiros



Marco Antônio, diretor do Senge-RJ

Iniciativa vai contar a história do Sindicato por meio de depoimentos

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) retoma, nesta terça-feira (16), o Projeto Memória. O objetivo é resgatar a história do Sindicato a partir dos anos 80.

O diretor do Senge-RJ e idealizador do projeto, Marco Antônio Barbosa, afirma que ao resgatar a história do Sindicato, também será contada parte da história do Brasil.

“Dentro disso, está o resgate da história brasileira, da redemocratização. Está a história do Brasil como nação”, defende Marco Antônio.

Marco Antonio lembra, ainda, que “a história do sindicalismo brasileiro é mal contada, por quem não realmente viveu o sindicato”. Ele lembra ainda que a ideia “é gravar depoimentos de pessoas que fizeram parte dela”.

O escritor Vito Gianotti, que já deu um depoimento para o Projeto, destaca a importância de guardar a história dos sindicatos. “Essa deve ser uma das atitudes centrais da comunicação sindical. Guardar a memória é estar sem-

pre com a história dos trabalhadores na mão, pronta para mostrar o que nós fizemos”, afirma Vito.

IDEIA

O Projeto Memória começou durante as comemorações dos 75 anos do Senge-RJ. Marco Antônio teve a ideia de gravar depoimentos com ex-presidentes do Sindicato. Segundo ele, a ideia foi amadurecendo para os 80 anos da entidade, em 2011 e vai crescer ainda mais.

“O projeto já garante, nos 85 anos do Senge-RJ, um maior volume de informações”, diz o diretor do Senge-RJ.

OPORTUNIDADE

Senge-RJ oferece cursos em Resende

Engenheiros associados ao Sindicato têm desconto nas mensalidades

A Delegacia Regional do Senge-RJ em Resende está com dois cursos abertos: Engenharia Legal; Avaliações e Perícias Judiciais; e Perícias em Segurança do Trabalho. Eles serão rea-

lizados no segundo semestre de 2013. Novos associados ou profissionais que já são sindicalizados têm desconto nas mensalidades.

As inscrições devem ser feitas pelo e-mail leandrosengerj@gmail.com. Os cursos serão realizados em Resende, na Rua Vila Adelaide, 201, Bairro Jardim Brasília. Mais informações pelo telefone (24) 2109-1672 ou pelo site www.sengerj.org.br.

SERVIÇO

Senge-RJ firma novos convênios para sindicalizados em Resende

O Senge-RJ firmou dois novos convênios que irão beneficiar os engenheiros sindicalizados atendidos pela Delegacia Regional em Resende.

Quem quiser estudar idiomas como inglês, espanhol e francês, pode aproveitar o desconto de 20% oferecido pelo curso Wizard. O benefício é válido para as unidades Resende, Bar-

ra Mansa e Volta Redonda.

Os engenheiros também têm desconto de 15% em todas as atividades físicas da Academia de Ginástica Sport Center, em Resende.

Para os convênios, é preciso apresentar o comprovante de filiação com o sindicato. Mais informações pelo telefone (24) 2109-1672 ou no site www.sengerj.org.br

ENGENHARIA LEGAL, AVALIAÇÕES E PERÍCIAS JUDICIAIS

De 26 de setembro a 11 de outubro, das 18h às 22h
Coordenação Técnica: Sérgio Abunahman – Carga horária: 32h

OBJETIVO:

O curso visa preparar profissionais que desejam ingressar neste fascinante ramo da Engenharia, que é o de perícias e avaliações, tornando aptos a elaborar laudos e pareceres técnicos, bem como reciclar os que já militam nesta área.

CRONOGRAMA

1º dia	26/09 - quinta-feira	Engenheiro Salvador Bailuni
2º dia	27/09 - sexta-feira	Engenheiro Salvador Bailuni
3º dia	01/10 - terça-feira	Arquiteto Ronaldo Foster
4º dia	02/10 - quarta-feira	Arquiteto Ronaldo Foster
5º dia	03/10 - quinta-feira	Arquiteto Ronaldo Foster
6º dia	04/10 - sexta-feira	Arquiteto Ronaldo Foster
7º dia	10/10 - quinta-feira	Pedro Borba Neves
8º dia	11/10 - sexta-feira	Lucioano Fonseca P. Baratta

PÚBLICO: O curso proposto destina-se a profissionais graduados em Engenharia e Arquitetura, assim como universitários dos dois últimos períodos das respectivas áreas e profissionais atuantes na área de Engenharia de Avaliações e Perícias.

Discriminação racial é o tema da terceira tira em quadrinhos da Eugênia

• Dando continuidade à série em quadrinhos “História de Eugênia: mulher, mãe e engenheira”, nesta edição, por conta do dia 13 de maio, publicamos uma tirinha especial sobre discriminação racial.

“O 13 de maio é importante para lembrarmos da luta de negros e negras, organizados em seus quilombos, pela libertação. Precisamos frisar que esta data não é fruto de uma assinatura pela abolição, mas sim de muita luta do povo organizado”, afirmou a diretora da mulher da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Simone Baía.



■ PELAS EMPRESAS

Light

Reajuste salarial: 6,75% (IPCA do período + ganho real)

■ Cerca de 600 trabalhadores da Light aprovaram a contraproposta patronal. A assembleia foi realizada no dia 18 de junho, no auditório do Sintergia.

Setor elétrico

Os trabalhadores farão greve por tempo indeterminado

■ Os trabalhadores do setor elétrico aprovam greve por tempo indeterminado, a partir do dia 15 de julho. A decisão foi tomada durante a assembleia realizada

no Sintergia. O diretor do Senge-RJ, Miguel Sampaio, considera fundamental a mobilização de toda a categoria.

CET-Rio

Plano de Cargos e Salários está entre as principais cláusulas

■ Durante a primeira rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2013/2013 da CET-Rio, os representantes da empresa não apresentaram nenhuma contraproposta. As principais cláusulas da pauta dos trabalhadores são referentes ao pagamento do Salário Mínimo Profissional (SMP) e à implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

CET-Rio

Diretor do Senge presta depoimento contra CET-Rio

Gunter Angelkorte voltou a afirmar ouve assédio moral durante assembleia

O diretor de negociações coletivas do Senge-RJ, Gunter de Moura Angelkorte, prestou depoimento na tarde desta terça-feira (04) no Ministério Público do Trabalho (MPT). Em setembro de 2012, o Senge-RJ entrou com uma ação no MPT contra a CET-Rio, criticando a presença do ex-secretário de Transportes do município, Alexandre Sansão, em uma assembleia de trabalhadores no dia 16 de agosto. Além dele, uma representante do Departamento de Recursos Humanos e um do departamento Jurídico também estiveram presentes.

A assembleia tinha como objetivo debater sobre a proposta da empresa de implementar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) a partir de setembro de 2012, zerando avaliações anteriores não implementadas.

Nos documentos enviados ao MPT, o Senge-RJ afirma que a presença de gerentes da empresa tinha o “claro intuito de pressionar os empregados a aprovarem a supracitada cláusula de renúncia pertinente ao PCCS, evidenciando assédio moral”.

Gunter, que presidiu a assembleia, explicou ao MPT que Sansão solicitou a palavra, interrompendo a fala de outras pessoas. O diretor não concedeu, observando o regimento da assembleia que determina a fala na ordem de inscrição. Quando não foi atendido, o ex-secretário se dirigiu à mesa e falou que “queria resolver o assunto na rua”.

Questionado pela procuradora Luciana Tostes de Guadalupe e Silva se havia possibilidade de negociação entre o Senge-RJ e Alexandre Sansão, Gunter afirmou que sim. No entanto, o diretor destacou.

“O Sindicato está disposto a negociar desde que seja estabelecido dentro dos conceitos básicos de educação e respeito. Sansão afirmou que pretende continuar participando das

reuniões do Sindicato e ele pode, mas desde que despedido da posição de autoridade”.

Alexandre Sansão atualmente é subsecretário de gestão da Secretaria Municipal de Transportes do Rio. Carlos Roberto Osório é o atual secretário de Transportes.

Para a advogada do Senge-RJ, Daniele Gabrich Gueiros, a presença de representantes da empresa em uma assembleia que deveria ser apenas de trabalhadores mostra que é clara a violação do artigo 2, inciso 1, da Convenção número 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na qual o Brasil é signatário.

Essa convenção estabelece os princípios do direito de organização e de negociação coletiva. O artigo 2 prevê que as “organizações de trabalhadores e de empregadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos de ingerência de umas em outras, quer diretamente, quer por meio de seus agentes ou membros, em formação, funcionamento e administração”.

SAIBA MAIS

Já foram realizadas duas audiências no MPT relativas à ação movida pelo Senge-RJ. Na última, em 30 de janeiro de 2013, ficou constatado que a direção da CET-Rio esteve na assembleia de trabalhadores do dia 16 de agosto, no Senge-RJ. Na ocasião, a juíza Rosângela Krauss ouviu uma testemunha dos trabalhadores, que afirmou ter se sentido constrangida com a presença da chefia durante a assembleia.

Na primeira audiência, no dia 31 de outubro de 2012, a procuradora do Trabalho, Júnia Bonfante Raymundo, propôs excluir a restrição da cláusula 74 da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), apresentada pela CET-Rio. Esta cláusula prevê a implementação do PCCS zerando avaliações anteriores.

art **GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE**

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Acompanhamento das ações do setor elétrico

Saiba em que fases estão as ações nas empresas do grupo Eletrobras

FURNAS

AÇÃO DA DATA-BASE

(Processo 0322200-47.1981.5.01.0031)

▶ Está em fase final de execução. Ainda existe uma discussão sobre diferenças salariais. No entanto, o Senge-RJ sair vitorioso tanto em primeira quanto em segunda instância. O processo aguarda ser remetido para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, com um recurso da empresa contra as decisões que lhe foram desfavoráveis sobre as diferenças acima mencionadas. O Sindicato apresentou defesa ao recurso da empresa no dia 03 de abril.

PERICULOSIDADE

(Processo 0085900-39.2002.5.01.0062)

▶ O Senge-RJ requer a condenação da empresa no pagamento do adicional de periculosidade de forma integral. A empresa pagava de forma pro rata, ou seja, pagava apenas o dia que o profissional trabalhava. A ação, que foi ganha pelo Sindicato nas duas primeiras instâncias da Justiça do Trabalho, ainda está na fase final de mérito, com um recurso da empresa interposto para o TST

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

(Processo 0029100-30.2009.5.01.0002)

▶ Na última audiência realizada no processo, em 19 de março, o Senge-RJ requereu a desistência da ação em função da empresa ter voltado a cumprir com o SMP. O processo aguarda a manifestação do Ministério Público do Trabalho quanto ao pedido de desistência formulado pelo Sindicato.

BANCO DE HORAS

(Processo 0001488-77.2012.5.01.0046)

▶ Na primeira audiência do processo, realizada em 5 de março, o Juiz determinou ao Senge-RJ que se manifestasse sobre a defesa da empresa, o que já foi cumprido pela entidade. O Sindicato contesta a legalidade do banco de horas implementado pela empresa, considerando que ele não foi tratado através de acordo coletivo, que é uma exigência da lei.

NOMENCLATURA DO CARGO DE ENGENHEIRO

(Processo 0001528-25.2012.5.01.0025)

▶ Ação de obrigação de fazer, para que a empresa seja obrigada a utilizar a nomenclatura do cargo de engenheiro para os seus empregados que efetivamente exerceram a profissão. A ação, que foi ajuizada em 06/12/12 e já teve uma audiência realizada em 16/04/13, aguarda a prolação da sentença.

PERICULOSIDADE

(Processo 0010164-09.2013.5.01.0004)

▶ Furnas entrou com um mandado de segurança, com pedido de liminar para derrubar a liminar que determinava o pagamento da periculosidade aos engenheiros de Furnas. No entanto, o desembargador responsável pelo caso não concedeu a liminar. O Senge-RJ entrou com uma ação com o pedido de inaplicabilidade da nova lei que trata do pagamento do adicional de periculosidade.

CEPEL

PERICULOSIDADE

(Processo 0099 400-94.2004.5.01.0033):

▶ Processo em fase final de execução, mas ainda não há previsão de término. O Senge-RJ ganhou em todas as instâncias. Os valores estão com o contador judicial desde 15 de maio para verificação. Existem diferenças entre os cálculos do Sindicato, do Cepep e do juiz.

IRREDUTIBILIDADE SALARIAL

(Processo 0010328-50.2013.5.01.0011)

▶ O Senge-RJ ajuizou uma ação pedindo que a empresa volte a pagar o adicional de periculosidade com base na remuneração, como está previsto em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). A empresa está utilizando uma nova lei, recentemente promulgada, para pagar o adicional com base somente no salário base.

ELETRONUCLEAR

REAJUSTE SALARIAL

(Processo 0064500-25.1989.5.01.0029)

▶ Já existe uma decisão judicial, proferida no ano passado, determinando a inclusão do percentual nos salários, de modo a cessar as diferenças e a fim de que se apure somente o retroativo dos valores devidos. Contudo, a empresa não cumpriu com tal determinação, o que será alvo de manifestação do Sindicato quando da liberação do processo para a verificação do laudo pericial.

HORAS EXTRAS

(Processo 0000591.22.2010.5.01.0401)

▶ A decisão de mérito, proferida em 03/08/12, julgou procedente os pedidos do Sindicato, o que gerou um recurso por parte da empresa, apresentado em 26/04/13. O Sindicato ainda vai ser intimado para apresentar defesa ao referido recurso da empresa. Após, o processo será remetido para a segunda instância.

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

(Processo 0000710.20.2010.5.01.0033)

▶ Ajuizada em 23/06/10, com objetivo de reverter a decisão da em-

presa de deixar de observar a lei do piso para os engenheiros, por conta da súmula vinculante do STF de nº 4. O Senge-RJ perdeu a ação em primeira instância e ganhou em segunda, onde o SMP foi estabelecido em 9 salários mínimos. A empresa não recorreu. O processo retornou para a Vara de origem em 19/04/13 e estamos aguardando a sua liberação para iniciar a apresentação dos cálculos.

PERICULOSIDADE

(Processo 0010004-39.2013.5.01.0018)

▶ O Senge-RJ, ao contrário do processo de Furnas, não foi atendido pela Justiça no seu pedido de antecipação de tutela para impedir que a empresa fizesse tal alteração. O processo está concluso ao Juiz para decisão direta de mérito, sem prazo para tanto. O Sindicato requer que a empresa se abstenha de efetuar a redução do pagamento do adicional de periculosidade, em função de uma legislação recentemente promulgada sobre o assunto, que altera a forma de cálculo para o pagamento do referido adicional.

ELETROBRAS

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

(Processo 0000701-85.2012.5.01.0066):

▶ A próxima audiência está marcada para o dia 8 de julho, às 9h30.

O Senge-RJ pede a aplicação da lei do piso para todos os empregados da empresa que não recebem o SMP.



PERGUNTE AO JURÍDICO

1 - O que eu devo fazer quando não recebo o Salário Mínimo Profissional, estabelecido por lei?

– Deve entrar em contato com o departamento jurídico do sindicato para fazer uma denuncia podendo entrar com um processo trabalhista se assim o engenheiro desejar.

Participe! Envie suas dúvidas para:
imprensa@sengerj.org.br

DEST envia ofício ao Ministério de Minas e Energia sobre PID

Proposta foi criticada por diretores do Senge-RJ que trabalham no setor elétrico porque reduz benefícios dos trabalhadores

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) enviou um ofício ao Ministério de Minas e Energia (MME) indicando pontos que devem ser incluídos no Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) da Eletrobras. O documento foi encaminhado ao secretário-executivo do MME, Márcio Pereira Zimmermann, e assinado pelo diretor do DEST, Murilo Francisco Barella.

De acordo com o diretor do Senge-RJ Miguel Sampaio, que é engenheiro em Furnas, a proposta traz inúmeros prejuízos aos trabalhadores. Um dos pontos destacados pelo diretor como prejudiciais é o número 5. Este item determina que o valor da Participação de Lucros e Resultados (PLR) dos gerentes está condicionado à redução de custos em Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO).

O diretor do Senge-RJ ressalta ainda a redução do incentivo dado ao trabalhador que escolher se aposentar pelo programa. Durante a primeira etapa, o empregado receberá 0,65 remunerações por ano de serviço, limitado a 35 anos e ao teto de R\$ 600 mil. Anteriormente, o plano seria implementado com incentivo de uma remuneração

e sem limitação de valor. Na segunda etapa, o incentivo cai para 0,5 remuneração por ano, limitada a R\$ 250 mil.

Outro ponto destacado por Miguel é o fim do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para os novos empregados e o congelamento do valor para os antigos funcionários.

Além disso, o diretor do Senge-RJ também critica a determinação de implementar um Sistema de Gerenciamento de Desempenho (SGD), no qual apenas 20% do pessoal poderá ser avaliado na faixa "excelente". "Isso não existe. Se é um processo honesto, não tem como controlar quantas pessoas são 'excelentes'", afirmou Miguel.

Para o diretor do Senge-RJ Agamenon Oliveira, engenheiro no Celp, o ofício "reflete a profunda miséria moral que tomou conta do órgão de controle das estatais, trazendo o cadáver insepulto da CCE-09, dando-lhe oxigênio e vida para que os 'dirigentes', como vampiros sedentos e obedientes se alimentando do sangue de 27 mil trabalhadores, ainda sejam recompensados com uma PLR (Participação de Lucros e Resultados), para mandar os trabalhadores para a rua".



Miguel Sampaio é diretor do Senge-RJ e trabalha em Furnas

- a) o PID será implementado em duas etapas, sendo a primeira em 2013 e a segunda, entre janeiro a novembro de 2014. Os incentivos da 1ª etapa são:
- 0,65 remunerações por ano de serviço do empregado, limitada a 35 anos e ao teto de R\$ 600 mil, observado, ainda, o piso de R\$ 100 mil;

- b) os incentivos da 2ª Etapa são:

- 0,5 remunerações por ano de serviço do empregado, limitada a 24 anos e ao teto de R\$ 250 mil;

5. Com vistas a alinhar os instrumentos de gestão aos objetivos do PID, a Participação nos Lucros e Resultados – PLR dos dirigentes está condicionada ao alcance de redução das metas de PMSO, sendo agravada da seguinte forma:

Redução PMSO	Limite PLR Dirigente
>= 30%	2 honorários
>= 20% e <30%	1,5 honorários
<20%	1 honorário

6. A empresa apresentará, em até três meses, plano detalhado, que também será pactuado no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE - de reestruturação de benefícios, adicionais e outras verbas que encarecem a despesa de pessoal, que contenha, entre outros:

7. A fim de mitigar os efeitos da redução de quadros e aumentar a produtividade dos empregados, a empresa assegurará a efetividade do Sistema de Gerenciamento de Desempenho – SGD adotando metodologia de avaliação com base em "curva forçada", sendo que no máximo 20% do quadro de pessoal terá avaliação na faixa excelente, devendo o Ciclo de Avaliação Unificado do SGD, constante do "Estudo dos Grupos ABC" apresentado pela

Críticas se estendem ao Plano de Demissão

Além das críticas ao ofício do Dest, os diretores do Senge-RJ também criticam a maneira como o PID está sendo implementado. Segundo a diretora do Senge-RJ Maria Virgínia Brandão, funcionária da Eletronuclear, o maior problema é que não há previsão de um plano de transmissão de conhecimento para os novos funcionários. Segundo ela, esse é um conhecimento que será perdido.

A diretora cita como exemplo funcionários da Eletronuclear que, como ela,

receberam treinamento na Alemanha – cujo modelo de usinas o Brasil importou. Os cursos podiam durar até cinco anos eram equivalentes ao mestrado. "Existe um grupo pesado com conhecimento que mais ninguém tem no Brasil", defende Virgínia. "Há mais de dez anos o Senge-RJ fala isso com as empresas.

A Eletrobras espera demitir cerca de 5 mil pessoas através do PID. As demissões devem gerar uma economia de 1,8 bilhão por ano em pagamento de salários.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

Impresso
Especial

9912313246/2012/DR/RJ
SENGE/RJ

---CORREIOS---



---CORREIOS---